

Riccardo Marchi

**A NOVA DIREITA
ANTI-SISTEMA
O CASO
DO CHEGA**



Índice

<i>Introdução</i>	11
CAPÍTULO I – O LÍDER	19
Os anos da formação	19
A construção do político nacional.....	28
CAPÍTULO II – O PARTIDO	
A fase fundacional	47
As eleições europeias de Maio de 2019	75
As eleições legislativas de Outubro de 2019	92
Consolidação interna e protagonismo externo	99
CAPÍTULO III – AS IDEIAS	135
A identidade	139
A economia.....	152
A família e a educação.....	165
A imigração	171
A europa	184
Conclusões	191
<i>Fontes</i>	203

Introdução

Até às eleições legislativas de 6 de Outubro de 2019, a imprensa internacional incluía Portugal, juntamente com Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo e Malta, no clube exclusivo dos cinco países da União Europeia sem partidos de direita radical nos respectivos parlamentos nacionais. A constatação intrigava bastante os analistas internacionais mais sensíveis à onda populista de direita que varre a Europa há pelo menos duas décadas. Na verdade, já há muito o excepcionalismo português vinha sendo posto em discussão, pelo menos no debate académico, à luz, principalmente, de dois indicadores: as atitudes dos eleitores portugueses acerca de temas relevantes para o populismo de direita não divergem sensivelmente da média dos restantes países europeus; os países do sul da Europa, tradicionalmente comparados com Portugal — Grécia e Espanha — já demonstraram que o tardio autoritarismo não garante a impêrmeabilidade ao radicalismo de direita, à luz dos êxitos de Aurora Dourada em 2012 e do Vox em 2018, respectivamente. Os analistas políticos nacionais concluía assim que, em Portugal, a demanda populista estava presente, mas faltava a oferta populista, ou seja, um empreendedor político disponível para levantar esta bandeira. Segundo uma sondagem do ICS/ISCTE, muitos portugueses partilham atitudes populistas, o que torna o populismo nacional, nas palavras de

Pedro Magalhães, um «gigante adormecido» (*Expresso*, 1 de Junho de 2019). Um gigante pronto a despertar e a garantir votos, na opinião de Nuno Severiano Teixeira, à mínima mudança das condições favoráveis ao populismo de direita, por enquanto ainda fracas em Portugal: clivagens identitárias, imigração (principalmente islâmica), eurocepticismo, entre outras (*Público*, 22 de Maio de 2019).

As previsões dos politólogos e os desejos da comunicação social, há muito faminta de ver replicada, em Portugal, a onda europeia, concretizaram-se, finalmente, em Outubro de 2019, com a eleição ao parlamento nacional de André Ventura, deputado único do partido Chega: uma força política recém-nascida, autocolocada na direita do espectro político, com uma postura declaradamente anti-sistema e despreocupada com as acusações de populismo e radicalismo que lhe foram movidas logo à nascença. A partir daí, o Chega e o seu líder tornaram-se presença constante nas manchetes dos jornais, nos comentários dos analistas nas televisões e no debate político público.

Confesso que, até a eleição de Outubro de 2019, o Chega não tinha despertado muito a minha atenção de especialista nos radicalismos de direita. Seguia distraidamente a ascensão de André Ventura, por considerá-lo menos a expressão da direita radical nacional e mais uma réplica da estratégia discursiva populista já presente há muito — de forma episódica e transversal — no espectro político português, como demonstram os casos de Alberto João Jardim, de Manuel Monteiro, de António Marinho e Pinto. No fundo, compartilhava da análise de José Adelino Maltez, segundo o qual o populismo de direita teria hipótese em Portugal apenas se corporizado por «alguém que não precisasse de autorização do sistema partidário para entrar [...] um grande empresário [...] que tivesse poder na comunicação social», o que, expressamente, não era o caso de André Ventura (*Visão*, 17 de Novembro de 2018). A estagnação eleitoral de todas as direitas — CDS, PNR e coligação Basta, encabeçada por André Ventura — nas eleições europeias de 26 de Maio de 2019 tinha confirmado, em mim, a convicção de que não eram de esperar grandes sobressaltos neste segmento do espectro político para o futuro próximo, embora eu não tivesse dúvidas de que «existe grande margem de manobra para [o populismo de direita] crescer [...] se aparecer um empreendedor político endinheirado, capaz de

mobilizar esse descontentamento» (*Visão*, 14 de Julho de 2019). Na verdade, após as europeias, alguns politólogos, como António Costa Pinto, já começavam a alertar para o facto de os novos partidos dissidentes da direita, com oferta populista, poderem irromper na cena política e desafiar as direitas *mainstream* em crise, mesmo com resultados modestos (*Jornal Económico*, 31 de Maio de 2019).

A minha atenção em relação ao Chega despertou definitivamente na madrugada de 7 de Outubro de 2019, quando a confirmação da eleição de André Ventura para a Assembleia da República provocou uma onda mediática à volta da entrada da extrema-direita no parlamento nacional. Independentemente das considerações de carácter científico sobre a aplicabilidade do conceito de «extrema-direita» ao Chega — assunto que tratarei nas conclusões deste ensaio —, esta constatação dos *media* tornou a eleição relevante, do ponto de vista histórico e político, porque, pela primeira vez em 45 anos de democracia portuguesa, um deputado conotado com a direita anti-sistema acedia ao hemiciclo do Palácio de São Bento.

Na verdade, o Chega enquanto projecto de direita anti-sistema não é inédito na III República portuguesa. Tanto na transição democrática, como nas primeiras duas décadas do século XXI, vários partidos políticos surgiram à direita do CDS, com uma postura de contestação ao sistema. Nenhum deles, contudo, conseguiu, alguma vez, resultados eleitorais minimamente assinaláveis. O mais recente deles, o Partido Nacional Renovador (PNR), por exemplo, nunca ultrapassou 0,5% dos votos, com pouco mais de 27 000 eleitores.

Este cenário bastante desolador da direita anti-sistema em Portugal justifica, de alguma forma, o interesse dos analistas e dos *media* perante a entrada do partido Chega na Assembleia da República, apenas um ano após a sua fundação. O resultado eleitoral em si não é particularmente notável, nem em termos absolutos (67 826 votos, 1,3%), nem em termos comparativos com os alegados congéneres nacionais (já em 1979 o PDC tinha alcançado 1,2%, com 72 514 votos). Há dois elementos, contudo, muito mais relevantes, com os quais me deparei na rápida investigação exploratória que realizei nas semanas seguintes às legislativas, através das redes sociais de André Ventura e dos seus seguidores: o Chega não pertence à linha genealógica da direita

radical tradicional portuguesa; o Chega é André Ventura tanto como ideador do projecto, quanto como catalisador e mobilizador de pessoas com proveniência sociopolítica muito diversificada. Os meus quinze anos de investigação sobre a chamada «extrema-direita portuguesa» proporcionam-me um conhecimento bastante apurado da cultura política desta área: a sua bagagem filosófica, as suas crenças doutrinárias, as suas referências históricas, a sua agenda política, os eixos portantes da sua mundividência. Todos estes elementos, sedimentados ao longo do século XX, têm presença constante, repetida vezes sem conta, no discurso destes actores políticos. Ao navegar nos perfis dos fundadores do Chega e ao seguir as conversas dos apoiantes do partido nas redes sociais não encontrei nada de todo este património ideológico e de militância. Ou seja, a insatisfação, o protesto, a revolta na génese da mobilização contra o regime vigente não estão alicerçados nas referências clássicas da área nacionalista portuguesa, mas perpassam todo o espectro político sem assentar raízes numa ou noutra cultura política em particular.

Para além disso, a história da direita radical portuguesa em democracia evidenciou, já amplamente, como uma das suas características definidoras a ausência de um líder reconhecido. O património de ideias, os legados históricos, as memórias partilhadas representam, assim, o cimento de uma área bastante refractária à identificação num líder único, apesar das múltiplas personalidades destacadas que se sucederam nas últimas quatro décadas. Pelo contrário, entre os apoiantes do Chega nas redes sociais, a referência a André Ventura é constante, não no sentido do homem superior, do guia carismático — mais comum na extrema-direita tradicional — mas no sentido do *primus inter pares*, do porta-voz de uma revolta colectiva, do vector que corporiza um sentimento difuso e, até agora, abafado.

O meu primeiro contacto, exclusivamente internautico, com o Chega deixou-me esta percepção muito clara, reforçada pela inevitável comparação com o meu tema de especialização. O projecto de André Ventura é algo inédito na democracia portuguesa, do ponto de vista quer da cultura política reivindicada, quer da estratégia discursiva eleita, quer da polimorfia dos quadros fundadores e da base de apoio. Por esta razão, o convite da editora Almedina, em Dezembro